

REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO DO ESTUDANTE AUTISTA NUMA ESCOLA PÚBLICA DE PENEDO/AL

Emilly Tamires Alves Araújo ¹; Janayna Paula Lima de Souza Santos ²

(1) Universidade Federal de Alagoas/Campus Arapiraca/Unidade Educacional Penedo. E-mail: emilly.bio@hotmail.com

(2) Universidade Federal de Alagoas/Campus Arapiraca/Unidade Educacional Penedo. E-mail: souzajanaynapaula@gmail.com

1. Introdução

O autismo tem sido tema de muitas pesquisas científicas. É sabido que seu surgimento é devido várias causas (Schwartzman, 2011), e são inúmeras as explicações a respeito, desde traumas causados pela interação do indivíduo com meio (Hall Nicholson, e Adilof, 2006; Volk, Lurmann, Penfold, Hertz-Pcciotto, e McConnel, 2013) à fatores genéticos (Mecca et al., 2011), mas até então não há causas conclusivas para explicar a sua existência.

Por cultivar um interesse particular a respeito do assunto, antes mesmo de ingressar no ensino superior, que surgiu por meio de literaturas que chamaram sua atenção especialmente para o autista, ainda mesmo quando este não era o protagonista da história, a pesquisadora decidiu aprofundar-se sobre o TEA, devido a curiosidade de entender o porquê acontece e suas peculiaridades.

Assim, este trabalho visa descrever e analisar como uma escola pública de Penedo/AL inclui os seus estudantes autistas. Como metodologia, a pesquisa, em andamento, parte dos princípios da Pesquisa Qualitativa e do Estudo de Caso. Os principais resultados encontrados pautam-se na ausência de um trabalho pedagógico efetivo de inclusão educacional desses estudantes na instituição pesquisada.

2. Alguns estudos científicos sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA): uma abordagem histórica

O termo “autismo” foi citado pela primeira vez em 1911 pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler, que relacionou as características do autismo com os sintomas da esquizofrenia (TCHUMAN; RAPIN, 2009, p.17). O pesquisador estabeleceu essa relação se afirmando das alterações de linguagens, ou mesmo impossibilidade de fala, que para ele dava-se devido à perda de contato com a realidade que essas crianças apresentavam.

Alguns anos mais tarde, em 1943, o psiquiatra austríaco Leo Kanner, que residia nos Estados Unidos e era diretor do departamento de psiquiatria infantil do Hospital Johns Hopkins, publicou o artigo “Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo”, onde, cientificamente, pela primeira vez se falou nessa soma de características singulares como síndrome e a denominou autismo (MARQUES, 2000). Esse artigo foi realizado com base em uma pesquisa que Kanner fez com um grupo de onze crianças que possuíam características em comum, entre elas: falta de expressões, ausência de contato visual, não fazerem os barulhos que os bebês geralmente fazem. Ele observou que se tratavam de bebês extremamente sérios, o que foi denominado por Kanner de “autismo primário”.

Segundo Orrú (2012, p. 19), as crianças autistas eram obsessivas pela mesmice, com uma rotina inalterável, isolavam-se dos demais, mantendo aversão ao contato físico, apresentando dificuldades em interagir com outros, com grande possibilidade de armazenar

memórias. Apresentavam estereotípias, e enquanto alguns conseguiam se comunicar de forma verbalmente compreensível, outros não pronunciavam se quer uma palavra, ou se comunicavam de formas muito peculiares, trocando os pronomes ou mesmo apresentando ecolalia com agravamento (eco na linguagem). Kanner se sentiu fascinado diante daquele padrão comportamental atípico, com uma gama de características peculiares e se expressou dizendo:

Desde 1938, chamaram-nos a atenção várias crianças cujo quadro difere tanto e tão peculiarmente de qualquer outro tipo conhecido até o momento que cada caso merece – e espero que venha a receber com o tempo – uma consideração detalhada de suas peculiaridades fascinantes (KANNER, 1943, p.18 *apud* BELSÁRIO JÚNIOR, 2010, p. 8).

Quanto às causas para esse comportamento diferenciado, surgiram várias especulações. Inicialmente, Kanner, sem embasamento empírico, denominou as mães dos autistas como “mães geladeiras”, em apologia a uma relação afetiva distante e fria para com seus filhos, que por consequência resultaria no autismo. O ocorrido gerou grande repercussão e polêmica naquela época. Posteriormente, Kanner reconheceu o quão infeliz fora com sua afirmação, e se retratou publicamente.

Na época, o autismo começara a ser estudado por muitos pesquisadores, e Hans Asperger, psiquiatra austríaco publicou sua tese de doutorado intitulada “A Psicopatia Autista da Infância”. Hans não tinha conhecimento da publicação de Kanner um ano antes da publicação de sua tese. Sua pesquisa, realizada a partir da observação do comportamento de mais de 400 crianças na Clínica Pediátrica Universitária de Viena, descreveu a existência de um transtorno do desenvolvimento, que atingia principalmente os meninos. Os aspectos observados estavam ligados à descoordenação de movimentos, interesse especial em um determinado assunto, conversação unilateral, dificuldade de sentir empatia e em criar relações sociais (SILVA, GAIATO & REVELES, 2012, p.160). Esse comportamento, até pouco tempo, vinha sendo chamado pela literatura especializada de “Síndrome de Asperger”.

A Associação Americana de Psiquiatria publicou no ano de 1952 a primeira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais. Neste manual, encontram-se padronizados os nomes e sintomas característicos de doenças mentais, que a cada nova publicação foi evoluindo em relação as nomenclaturas e características singulares relacionadas ao autismo. No DSM-I o autismo era considerado como esquizofrenia; em 1968, quando foi publicada DSM-II, definiu o autismo como um tipo de psicose, sem sintomas específicos por serem diversos. Foi classificado como uma desordem mental por falta de adaptação aos problemas cotidianos, sendo considerado como um problema emocional. Em 1980, foi publicada a terceira edição do DSM e a definição de autismo começou a mudar. Os pesquisadores passaram a reconhecer pela primeira vez o autismo como uma nova classe: os Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (TIDs). Denominado assim por atingir o desenvolvimento em diversas áreas cerebrais; em 1994, foi publicado o DSM-IV e a Síndrome de Asperger é incluída no espectro passando a ser conhecida como condição mais branda do autismo. Ficou determinado que como forma de evitar controvérsias de diagnósticos o CID-10 (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde) e o DSM-IV teriam critérios específicos para caracterizar o autismo; Em 2013, é lançado o DSM-V, a partir de então, os diferentes tipos de autismo foram extinguidos e enquadrados em único espectro com graus de severidades distintos, denominado TEA (Transtorno do Espectro Autista) e o diagnóstico passou a ser feito pelo padrão comportamental. Esse acontecimento se deu para que houvesse diminuição da discrepância que alguns ambientes de saúde faziam limitando-se aceitar apenas um ou alguns dos

transtornos globais do desenvolvimento para acompanhamento profissional, deixando excluídas várias pessoas que igualmente necessitavam de cuidados específicos.

É necessário destacar que no momento em que todos os tipos de autismos foram englobados em um único espectro esses locais se viam compelidos a aceitar a todos independentemente do seu grau de severidade, porque por meio da reformulação da nomenclatura todas aquelas condições eram agora uma: o autismo. Apesar do autismo ser enquadrado no DSM V como uma doença, para Tuchman e Rapin (2009):

“o autismo é uma síndrome, não uma doença [...], pois apesar de seu notável fenótipo comportamental, falta-lhe uma etiologia singular ou uma patologia específica. Chamado por muitos de deficiência invisível não há um estereótipo que seja visível para caracterizar uma pessoa com TEA”. (TUCHMAN E RAPIN, 2009, p. 23)

Apesar de não apresentarem um estereótipo que caracterize a condição do TEA, o preconceito e a discriminação ainda se faz presente. E na escola pública esse quadro não é diferente. Assim, esse estudo visa descrever e analisar como a inserção do estudante autista acontece numa escola pública do município de Penedo/AL. A principal questão a ser investigada é: nessa escola ocorre integração ou inclusão do estudante autista?

3. Caminhos Metodológicos

Esse estudo caracteriza-se como uma Pesquisa Qualitativa, conforme Godoy (1995), e Estudo de Caso (GOODE & HATT, 1973; TRIVIÑOS, 2009), por descrever e analisar a realidade educacional especificamente de uma escola pública de Penedo/AL.

O Estudo de Caso, conforme Goode e Hatt (1973), é caracterizado como um meio de organizar dados e reunir informações, tão numerosas e detalhadas quanto possível, a respeito do objeto de estudo de maneira a preservar seu caráter unitário. Desta forma, pode ser entendido como um estudo aprofundado de determinado objeto, de forma a permitir amplo e detalhado conhecimento sobre o mesmo, o que seria praticamente impossível através de outros métodos de investigação, afirmam.

Além disso, o Estudo de Caso, segundo Triviños (2009) orienta a reflexão sobre uma cena, evento ou situação, produzindo uma análise crítica que leva o pesquisador à tomada de decisões e/ou à proposição de ações transformadoras.

Para esse estudo, selecionamos uma escola pública de Penedo/AL, para investigar como se dá o processo de inclusão do estudante autista. Para alcançar este objetivo, elaboramos o seguinte roteiro de ações:

- a. Identificar no município de Penedo/AL uma escola pública que possua estudantes com diagnóstico de Autismo matriculados;
- b. Descrever como acontece a inserção desse estudante na instituição;
- c. Analisar se essa inserção está mais voltada para a integração ou para inclusão, conforme diferencia Mantoan (2003).

Além desse roteiro utilizamos a análise dos documentos oficiais da escola e a observação *in loco* como fonte de dados.

4. Resultados e Conclusões

Essa pesquisa foi realizada numa escola pública estadual no município de Penedo/AL, fundada em 1934. Está localizada no bairro Santa Luzia, próximo a lanchonetes e consultórios médicos, considerada com a região nobre do município.

A escola atende dos anos iniciais do Ensino Fundamental ao Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) funcionando nos três horários (manhã, tarde e noite). Estruturalmente, possui 28 salas de aula, 129 funcionários, um laboratório de informática, um laboratório de ciências, uma biblioteca, um refeitório e um auditório.

De acordo com a análise realizada nos documentos, verificamos que a escola possui 13 estudantes com deficiência: um estudante surdo, dois estudantes autistas; dois estudantes com baixa visão, três estudantes com deficiência física; e cinco estudantes com deficiência ainda não identificada; com faixa etária dos 13 aos 21 anos.

Apesar dessa quantidade expressiva de estudantes com deficiência matriculados na escola, observamos que o Projeto Político Pedagógico não contempla medidas diretas para incluir esses estudantes. O documento mostra que a escola busca atender as demandas específicas desse público, mesmo sem apresentar estrutura física para incluir as pessoas que apresentem alguma dificuldade, seja ela de deslocamento ou até mesmo um auxílio específico, sem explicitar a necessidade de adaptar o currículo para atender as necessidades específicas dos dois estudantes com TEA identificados na escola.

Um dos gestores da instituição, em conversa informal, destacou que o único estudante que possui acompanhamento específico é o cadeirante. Salientamos, contudo, que esse acompanhamento não está relacionado ao trabalho pedagógico e sim quanto à acessibilidade do estudante, visto que foram providenciados com os órgãos responsáveis o transporte adaptado para o cadeirante.

Para os demais estudantes da escola com deficiência, não há ações específicas. Na escola, não há piso tátil, problema identificado pelos estudantes com baixa visão; para os estudantes autistas e com deficiências ainda não identificadas, não há o Atendimento Educacional Especializado (AEE), não há profissional com formação específica, para adaptar o currículo e garantir o processo de desenvolvimento e aprendizagem desses estudantes.

5. Considerações Finais

Como resultados, percebe-se que a escola, na teoria, se mostra apta a incluir os estudantes autistas nela matriculados, no entanto, na prática, não se tem ações que atestem essa inclusão, ou seja, não há presença de profissionais qualificados para o trabalho específico com os estudantes autistas; não há o Atendimento Educacional Especializado na instituição, acarretando assim na resistência dos professores regulares para adaptar as suas aulas, atividades e formas de avaliação. Desse modo, por não adaptar o currículo enfatizando a aprendizagem desses estudantes e reconhecê-los em documentos oficiais, a escola, apenas garante a matrícula e integra o estudante autista no espaço da sala de aula e não se preocupa com o processo de desenvolvimento e aprendizagem do estudante autista, a inclusão educacional não acontece.

Apesar desse quadro negativo, apontamos que uma das possibilidades para reverter essa situação esteja ligada à formação continuada de professores.

6. Referências

ARAÚJO, Ceres Alves de; SCHWARTZMAN, José Salomão. **Transtorno do espectro do autismo**. São Paulo: Memnon, 2011.

BELISÁRIO JÚNIOR, José Ferreira. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: MEC/SEESP; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010, P. 8.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** In: **Revista de Administração de Empresas.** São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995.

GOODE, W.; HATT, P. **Métodos em pesquisa social.** São Paulo, SP: Nacional, 1973.

HALL, M., NICHOLSON, S., & ADILOF, N. (2006). **Does television cause autism?** National Bureau of Economic Research Working Paper Series, 12632, 1-47.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar : o que é? por quê? como fazer?** / Maria Teresa Eglér Mantoan. — São Paulo : Moderna , 2003. — (Coleção cotidiano escolar)

MARQUES, C. (2000). **Perturbações do espectro do autismo. Ensaio de uma intervenção construtivista desenvolvimentista com Mães.** Lisboa: Quarteto Editora.

MECCA, T., BRAVO, R., VELOSO, R., SCHWARTZMAN, J., BRUNONI, D., & TEIXEIRA, M. (2011). **Rastreamento de sinais e sintomas de transtornos do espectro do autismo em irmãos.** Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul, 33(2), 116-120.

ORRÚ, E. S. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar.** Rio de Janeiro: Wak, 2012, P. 19.

SILVA, A. B. B.; GAIATO M. B.; REVELES L. T. **Mundo Singular: entenda o autismo.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, P. 160.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação.** 5 ed. 18 reimpr. São Paulo, SP: Atlas, 2009.

TUCHMAN, Roberto; RAPIN, Isabelle. **Autismo: abordagem neurobiológica.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

VOLKMAR, Fred, HUBNER, Martha, HALPERN, Ricardo. **National Autistic Society – Autism Speaks.** Disponível em: <<http://autismo.institutopensi.org.br/informe-se/sobre-o-autismo/historia-do-autismo/>>. Acesso em 05 de maio de 2018.